

CPMI do INSS ouvirá Carlos Lupi na próxima sessão

Servidora da CGU detalhou a apuração do órgão sobre descontos

Por Gabriela Gallo

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ouvirá, nesta segunda-feira (8), os depoimentos do ex-ministro da Previdência Social, Carlos Lupi (PDT) – que atuou frente a pasta no terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de 2023 a maio de 2025. Na última sessão da comissão, na quinta-feira (4), os congressistas ouviram a diretora de Auditoria de Previdência da União (CGU), Eliane Viegas Mota.

Em seu depoimento no colegiado, que durou por volta de dez horas, a servidora da CGU alegou que o ex-presidente do INSS Alessandro Stefanutto, resistiu em seguir recomendações da CGU para suspender descontos associativos automáticos nas aposentadorias. Mais tarde na mesma sessão, ela ainda afirmou que as auditorias do órgão alcançam todas as entidades associadas ao INSS, sem beneficiar uma outra conforme interesse político.

Histórico

Eliane detalhou que a Controladoria-Geral da União recebeu as primeiras reclamações relacionadas a descontos indevidos em benefícios, oriundas de segurados da previdência social, em 2019. As informações chegaram pelo Ministério Público do Paraná, que registrou reclamações sobre quatro entidades com acordos firmados com o INSS entre 2014 e 2017.

Em 2024, foi iniciada uma auditoria que realizou 1.273 entrevistas com beneficiários do INSS, visitas às entidades e verificação dos controles inter-



Carlos Moura/Agência Senado

Diretora de Previdência da CGU detalhou atuações do órgão nas investigações

nos do instituto. Foi observado que os descontos associativos passaram de R\$ 387 milhões, em 2015, para R\$ 3,4 bilhões em 2024. Já os pedidos para suspensão de descontos passaram de 900 em abril de 2022 para 192 mil em 2024.

De acordo com a depoente, em abril de 2024 a Polícia Federal (PF) recebeu os resultados da auditoria. O INSS foi comunicado do caso em julho do mesmo ano.

Questionada pelo deputado federal Alencar Santana (PT-SP) sobre o que a CGU havia feito entre 2019 e 2022 para acionar o INSS sobre as reclamações dos segurados, Eliane respondeu que foram pedidas regulações dos descontos associativos em todos estes anos, pois já havia indícios de irregularidades.

Entidades

Durante a sessão, o senador Izalci Lucas (PL-DF) questionou a servidora da CGU se a

dispensa da biometria para autorização de descontos poderia ter beneficiado o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força Sindical (Sindnapi) – sindicato do qual o irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), conhecido como Frei Chico, é um dos vice-presidentes. Ela negou que a dispensa tenha beneficiado uma entidade específica, porque se trata de uma regra geral para todas as entidades.

O senador também perguntou se algumas auditorias poderiam ter protegido entidades ligadas à esquerda, como o Sindnapi e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Eliane Viegas confirmou o caráter técnico do trabalho da CGU e negou qualquer direcionamento. A diretora de Auditoria de Previdência do órgão ainda disse que as recomendações da controladoria atingiram todas as entidades avaliadas, incluindo o Sindnapi. “Essa auditoria

foi ampla e abarcou a totalidade das entidades”, disse.

Consignado

A diretora da CGU ainda explicou que foram realizadas auditorias em empréstimos consignados feitos em nome de aposentados e pensionistas do INSS, porém, não foram encontradas irregularidades nos descontos associativos. O instrumento também desconta automaticamente a parcela do benefício previdenciário.

Contudo, ela foram sinalizados problemas, como: a baixa qualidade das informações registradas, possíveis empréstimos feitos sem cumprimento da lei, a inexistência de acompanhamento periódico pelo INSS do cumprimento das normas dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) e baixa transparência das informações.

Com informações de Agência Senado e Agência Câmara de Notícias

Após pedido, Senado autoriza afastamento de Marcos do Val

Por Gabriela Gallo

O Senado Federal autorizou o afastamento do senador Marcos do Val (Podemos-ES) de seu cargo por 115 dias para tratamento de saúde. O pedido de afastamento foi solicitado pelo próprio senador na última semana e homologada pela Junta Médica do Senado nesta quinta-feira (4). Durante os 115 dias afastado das atividades legislativas, o parlamentar seguirá sendo remunerado com salário de senador. O senador justificou que o afastamento temporário não é para cuidar da saúde do próprio, mas da saúde de sua família.

“Solicitei licença temporária do Senado Federal para estar ao lado da minha mãe, que luta contra o câncer, e do meu pai, que passou por uma cirurgia delicada. Também para estar mais próximo da minha filha, a quem tenho amor incondicional, e que precisa de um pai presente neste momento importante de sua adolescência. O objetivo principal desta licença é cuidar da família diante desse tempo de saúde e de vida que exige minha presença”, declarou Marcos do Val por meio de suas redes sociais.

Na mesma publicação, ele destacou que, apesar de afastado fisicamente do Senado,



Jefferson Rudy/Agência Senado

Senador se afasta do Senado para cuidar da família

os gabinetes dele em Brasília e no Espírito Santo “seguem funcionando normalmente”. “Continuo trabalhando paralelamente, mas a licença me dá mais tempo e menos burocracia para conciliar a vida pública com o cuidado da minha família”, ele completou.

“Reforço: não fui expulso, suspenso ou punido. Essa é uma decisão pessoal e responsável, motivada pela necessidade de estar presente com aqueles que amo, sem que isso comprometa o exercício do

meu mandato”, reiterou do Val em suas redes sociais.

Medidas Cautelares

Desde agosto de 2024, o senador é investigado por suposta tentativa de obstrução de investigações sobre organização criminosa e incitação ao crime. Em agosto deste ano, logo após ele retornar de uma viagem aos Estados Unidos, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou medidas cautelares contra o parlamentar porque

a viagem ao exterior não havia sido autorizada pela Corte – portanto, o receio era de possível fuga do congressista.

Em 29 de agosto, logo após a solicitação do parlamentar para se afastar temporariamente do cargo, Alexandre de Moraes flexibilizou parte das medidas cautelares impostas contra Marcos do Val. Dentre as medidas, foi suspensa a obrigação do uso de tornozeleira eletrônica, o recolhimento domiciliar noturno e a proibição de se ausentar do Distrito Federal.

Na decisão, o magistrado determinou o desbloqueio das contas bancárias do senador, tal como investimentos e as verbas de seu gabinete. Ele ainda derrubou a restrição que impedia o senador de utilizar redes sociais. Porém, ele determinou a cobrança de uma multa em caso de postagens com discurso de ódio e ataques ao Estado Democrático de Direito.

Na avaliação de Moraes, o retorno do parlamentar ao Brasil e a licença do mandato, que foi requisitada ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), eliminam o risco de interferência nas investigações criminais em curso ou na aplicação da lei penal.

Todavia, ainda permanecem válidas a proibição de nova saída do país e a apreensão de seus passaportes.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Secom

Governador de São Paulo passou a brigar por anistia

Apoio a Tarcísio e resistência ao PT mudaram Centrão

Antes reticentes em relação a um projeto de anistia ampla, partidos do Centrão mergulharam de cabeça na proposta a partir de alguns fatores que ficaram mais evidentes na semana passada.

A lista começa com a necessidade de o candidato favorito da turma à Presidência, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ficar bem com o clã Bolsonaro — ele sabe que, sem

votos da extrema direita, não terá chance na disputa pelo Planalto.

Outro dado importante é a certeza, principalmente entre lideranças do PP e do União Brasil, de que, num eventual quarto e último mandato, o presidente Lula (PT) não terá o menor carinho com o Centrão: está cansado de tomar bola nas costas em votações na Câmara dos Deputados.

Emendas

Outro problema tem a ver com as investigações da Polícia Federal relacionadas, principalmente, com desvios de recursos de emendas parlamentares. Ao reforçar os laços com o bolsonarismo, o Centrão procura criar um núcleo de resistência ao avanço dos inquéritos.

Efeito Dino

Entre a maioria dos deputados há a certeza de que Lula está por trás das sucessivas decisões do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, que emperram a liberação de verbas de emendas e abrem caminho para a PF. Muitos temem ser a bola da vez.



Mário Agra/Câmara dos Deputados

Arthur Lira: conversas com ex-presidente

Mesmo com cargos, grupo se aproxima de Bolsonaro

A movimentação do Centrão ocorre apesar de o grupo manter cargos estratégicos na estrutura do governo.

Destinatária de muitas emendas parlamentares, a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) é presidida por Lucas Felipe de Oliveira, aliado

do deputado Elmar Nascimento (União-BR).

O presidente da Caixa, Carlos Vieira Fernandes, foi indicado pelo ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Fernandes foi presidente do Conselho de Administração da Codevasf. Lira tem sido um dos principais interlocutores de Bolsonaro em conversas sobre anistia.

Irritação

Outro cacique do Centrão, o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI) ficou irritadíssimo com a notícia, publicada pelo site ICL Notícias, de que ele teria recebido dinheiro do esquema que envolve o PCC e grupos empresariais, alvo de operações na semana passada.

Reco petista

Um dos autores da reportagem, reproduzida no site do PT, tem um programa na EBC, Empresa Brasil de Comunicação. Em post, Nogueira acusou Lula e o ministro Sidônio Palmeira (Comunicação Social) de tentarem intimidá-lo. O PT retirou a notícia do site.

O favorito

A insistência de Lula em falar de Tarcísio reforça que o presidente prefere enfrentá-lo nas urnas em 2026. O motivo é simples: o governador briga com as armas da política; já Michelle Bolsonaro joga no campo da religião e do comportamento, terreno mais pantanoso.

Exagero

A abrangência do projeto do PL publicado pela coluna assustou deputados simpáticos à anistia ao propor o fim da inegibilidade de Bolsonaro e perdão até para milícias formadas com viés político. A proposta reforçou a ideia de uma simples redução de penas.